



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

# DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 2.190, 27 de abril de 2022.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**

Procuradora-Geral de Justiça

**SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA**

Vice-Procuradora-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa

**ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA**

Vice-Procurador-Geral de Justiça Institucional

**LIBANIO ALVES RODRIGUES**

Ouvidor

**JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR**

Corregedor-Geral

**GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**

Chefe de Gabinete da PGJ

**WAGNER DE CASTRO ARAÚJO**

Secretário-Geral



Ministério Público  
do Distrito Federal  
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA PGJ Nº 216, DE 18 DE ABRIL DE 2022**

Autoriza o afastamento do Promotor de Justiça NISIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO para participar de eventos em Florianópolis/SC, nos dias 17, 18, 19 e 20 de maio de 2022.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

**CONSIDERANDO** o teor do *Tabularium* nº 08191.055503/2022-48,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça NISIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO para participar dos seguintes evento em Florianópolis/SC:

I – 23ª Reunião Ordinária do Comitê de Políticas de Segurança Institucional do Ministério Público, na sede do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos dias 17 e 18 de maio de 2022; e

II – II SC EXPO *DEFENSE* – FEIRA DE TECNOLOGIAS E PRODUTOS DE DEFESA, na Base Aérea de Florianópolis, nos dias 19 e 20 de maio de 2022.

Publicação: SSA  
Origem: ACD



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Parágrafo único. O afastamento dar-se-á com ônus de diárias e passagens aéreas para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA PGJ Nº 217, DE 18 DE ABRIL DE 2022**

Designa o Procurador de Justiça JOSÉ FIRMO REIS SOUB para officiar nos autos do Processo Judicial Eletrônico – PJe nº 0705904-70.2019.8.07.0018, visando impulsionar o Acordo de Não Persecução Cível – ANPC.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução nº 281, de 24 de setembro de 2021, que disciplina, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, o Acordo de Não Persecução Cível – ANPC acerca de ilícitos definidos como improbidade administrativa;

**CONSIDERANDO** a manifestação constante no PJe n.º 0705904-70.2019.8.07.0018, visando impulsionar o Acordo de Não Persecução Cível; e

**CONSIDERANDO** o teor do *Tabularium* nº 08191.056481/2022-33,

**RESOLVE:**

Publicação: SSA  
Origem: ACD

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2022\Portarias doc\2022\_0217\_Dr. José Firmo\_PJe.odt



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Art. 1º** Designar o Procurador de Justiça JOSÉ FIRMO REIS SOUB para oficiar nos autos do Processo Judicial Eletrônico – PJe nº 0705904-70.2019.8.07.0018, visando impulsionar o Acordo de Não Persecução Cível – ANPC, sem prejuízo de suas atuais designações.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA PGJ Nº 219, DE 19 DE ABRIL DE 2022**

Designa o Promotor de Justiça adjunto LEANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA para officiar na 4ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Planaltina.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

**CONSIDERANDO** o teor do *Tabularium* nº 08191.057163/2022-90,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar o Promotor de Justiça adjunto LEANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA para officiar, em substituição simples, na 4ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Planaltina, no período de 18 a 26 de abril de 2022.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**

Publicação: SSA  
Origem: ACD

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2022\Portarias doc\2022\_0219\_Dr. Leandro José\_4ª PJ Cível de Planaltina.odt



Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 224, DE 19 DE ABRIL DE 2022**

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

**CONSIDERANDO** o teor do *Tabularium* nº 08191.055355/2022-61,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear o servidor GUILHERME ELCIO TEIXEIRA MENDES DE OLIVEIRA, matrícula 4266-8, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da 5ª Procuradoria de Justiça Cível, código CC-04 (60010094), exonerando, a contar de 11 de abril de 2022, o servidor HANIBAL GAZOLA DE SOUZA, matrícula 2951-3.

**Art. 2º** Exonerar o servidor GUILHERME ELCIO TEIXEIRA MENDES DE OLIVEIRA, matrícula 4266-8, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, do cargo em comissão de Assessor Jurídico I da 5ª Procuradoria de Justiça Cível, código CC-01 (60020013).

**Art. 3º** Dispensar o servidor GUILHERME ELCIO TEIXEIRA MENDES DE OLIVEIRA, matrícula 4266-8, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, do encargo de substituto do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da 5ª Procuradoria de Justiça Cível, código CC-04 (60010094).

Publicação: SSA  
Origem: SGP

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2022\Portarias doc\2022\_0224\_Guilherme Elcio\_FCC.odt



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA PGJ Nº 226, DE 19 DE ABRIL DE 2022**

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

**CONSIDERANDO** o que consta no Procedimento de Gestão Administrativa nº  
08191.052728/2020-81,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Prorrogar a cessão da servidora ANDRÉA LEÃO TAVARES, Analista do MPU/Direito, matrícula 5222, para continuar exercendo o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, nível CJ-3, no Gabinete do Secretário-Geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 15 de junho de 2022, com fulcro no art. 93, I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I, §§ 1º e 5º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. A servidora deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112/90.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**

Publicação: SSA  
Origem: SGP



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA PGJ Nº 227, DE 20 DE ABRIL DE 2022**

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

**CONSIDERANDO** o que consta no *Tabularium* nº 08191.054521/2022-11,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar o servidor SAMUEL RODRIGO SANTOS ROQUE, matrícula 3704-4, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Jurídico I da 14ª Procuradoria de Justiça Criminal, código FC-02 (60010064).

**Art. 2º** Designar o servidor SAMUEL RODRIGO SANTOS ROQUE, matrícula 3704-4, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da 14ª Procuradoria de Justiça Criminal, código CC-04 (60010121).

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**

Publicação: SSA  
Origem: SGP



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA PGJ Nº 229, DE 20 DE ABRIL DE 2022**

Autoriza o afastamento do Promotor de Justiça ROBERTO CARLOS BATISTA para participar de eventos em Vitória/ES, no período de 26 a 29 de abril de 2022.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

**CONSIDERANDO** o que consta nos *Tabulariuns* nº 08191.051933/2022-91 e 08191.054529/2022-79,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça ROBERTO CARLOS BATISTA para participar de eventos em Vitória/ES.

§ 1º Os eventos são os descritos a seguir:

I – XX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, organizado pela Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente – ABRAMPA, no período de 26 a 28 de abril de 2022; e

Publicação: SSA  
Origem: ACD

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2022\Portarias doc\2022\_0229\_Dr. Roberto Carlos\_ES.odt



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

II – reunião prévia da Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, em 29 de abril de 2022.

§ 2º O afastamento mencionado no inciso I do parágrafo 1º dar-se-á sem ônus para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e o mencionado no inciso II do mesmo artigo, com ônus de diárias e passagens aéreas para este Ministério Público.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PORTARIA Nº 232, DE 22 DE ABRIL DE 2022.**

Designa o Promotor de Justiça Adjunto  
LUIZ HUMBERTO ALVES DE OLIVEIRA  
para officiar nos autos da Ação Cautelar  
n.º 0736269-90.2021.8.07.0001.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,  
artigo 159, inciso XX,

**CONSIDERANDO** o que consta no *Tabularium* nº 08191.059052/2022-18,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar o Promotor de Justiça Adjunto LUIZ HUMBERTO ALVES DE OLIVEIRA para officiar nos autos da Ação Cautelar n.º 0736269-90.2021.8.07.0001, sem prejuízo das suas atuais designações.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA PGJ Nº 233, DE 25 DE ABRIL DE 2022**

Designa o Promotor de Justiça adjunto  
LEANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA para officiar  
em Taguatinga.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art.  
159, inciso XX,

**CONSIDERANDO** o teor do *Tabularium* nº 08191.059695/2022-61,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar o Promotor de Justiça adjunto LEANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA para  
oficiar, em substituição simples, na 2ª Unidade-Fim Operacional de Feitos de Violência  
Doméstica de Taguatinga, no período de 27 a 30 de abril de 2022.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**

Publicação: SSA  
Origem: ACD

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2022\Portarias doc\2022\_0233\_Dr. Leandro José\_Operacional de Taguatinga.odt



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA PGJ Nº 0237, DE 25 DE ABRIL DE 2022**

Altera a Portaria PGJ nº 231, de 20 de abril de 2022, que autoriza o afastamento da Vice-Procuradora-Geral de Justiça Jurídico Administrativa SELMA SAUERBRONN para a realização de visita institucional ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 27 de abril de 2022.

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

**CONSIDERANDO** o teor do *Tabularium* nº 08191.060451/2022-21,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar o artigo 1º da Portaria PGJ nº 231, de 20 de abril de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Publicação: SSA  
Origem: ACD

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2022\Portarias doc\2022\_0237\_Dra. Selma\_RJ\_alteração.odt



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

“Art. 1º Autorizar o afastamento da Vice-Procuradora-Geral de Justiça Jurídico Administrativa SELMA SAUERBRONN, nos dias 27 e 28 de abril de 2022, para realizar visita institucional ao Centro de Memória Procurador de Justiça João Marcello de Araújo Júnior no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e para cumprimento de agenda junto à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, bem como reuniões com a Coordenação do Centro de Apoio Operacional Criminal – Caocrim-RJ, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.” (NR)

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**ANDRÉ VINÍCIUS DE ALMEIDA**



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA PGJ Nº 238, DE 25 DE ABRIL DE 2022**

Altera a Portaria PGJ nº 230, de 20 de abril de 2022, que autoriza o afastamento da Procuradora-Geral de Justiça FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO para realizar visita institucional ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 27 de abril de 2022.

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

**CONSIDERANDO** o teor do *Tabularium* nº 08191.060415/2022-68,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar o artigo 1º da Portaria PGJ nº 230, de 20 de abril de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Publicação: SSA  
Origem: ACD

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2022\Portarias doc\2022\_0238\_Dra. Fabiana\_RJ\_alteração.odt



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

“Art. 1º Autorizar o afastamento da Procuradora-Geral de Justiça FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO, nos dias 27 e 28 de abril de 2022, para realizar visita institucional ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e para cumprimento de agenda junto à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, bem como reuniões com a Coordenação do Centro de Apoio Operacional Criminal – Caocrim-RJ, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.” (NR)

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**ANDRÉ VINÍCIUS DE ALMEIDA**



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Corregedoria-Geral**

**PORTARIA CONJUNTA PGJ/CG Nº 3, DE 25 DE ABRIL DE 2022**

Altera a Portaria Conjunta PGJ/CG nº 4,  
de 16 de dezembro de 2021.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
e o **CORREGEDOR-GERAL**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75,  
de 20 de maio de 1993,

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria PGR/MPU nº 39, de 10 de março de  
2022, que altera a Portaria PGR/MPU nº 110, de 28 de outubro de 2021, que estabelece  
medidas de segurança epidemiológica para a retomada do trabalho presencial no Ministério  
Público da União;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto GDF nº 43.072, de 10 de março de  
2022,

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** Alterar a Portaria Conjunta PGJ/CG nº 4, de 16 de dezembro de 2021,  
que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A utilização de máscaras de proteção facial, nas unidades do  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, seguirá o estabelecido  
pelo Poder Executivo local.

Parágrafo único. O uso de máscaras de proteção facial, no âmbito da  
Secretaria de Atendimento à Saúde, será obrigatório para proteção dos  
pacientes, membros, servidores e colaboradores.” (NR)

.....



“Art. 15. Para a execução segura dos serviços presenciais, enquanto perdurar a pandemia da Covid-19, além dos protocolos sanitários de segurança epidemiológica recomendados pelo Ministério da Saúde e pelo Poder Executivo local, ainda deverão ser observadas as seguintes regras de segurança sanitária:

.....

V – uso racional dos elevadores, atentando para as informações e marcações quanto ao número máximo de ocupantes simultâneos;

.....

XII – os veículos oficiais deverão estar higienizados, evitando-se a lotação máxima;

.....

§ 2º Fica autorizado o retorno das atividades concernentes às práticas integrativas, tais como ginástica laboral, alongamento, pilates, meditação e yoga, mediante o cumprimento dos protocolos de segurança sanitária estabelecidos pela Secretaria de Atendimento à Saúde – SAS.

§ 3º Os espaços de uso coletivo, tais como auditório, salas de treinamento, Espaço Ágora, biblioteca, restaurante e outros semelhantes, deverão ser utilizados respeitando-se as medidas protetivas de higienização individuais e coletivas, com o estabelecimento de quantidade máxima de pessoas circulando simultaneamente nos ambientes, de forma a evitar tumultos e aglomerações.

.....

§ 7º Compete à Secretaria de Segurança Institucional – SSI a orientação e a fiscalização quanto ao acesso e circulação nas áreas comuns das dependências do órgão.” (NR)

**Art. 2º** Alterar a Portaria Conjunta PGJ/CG nº 2, de 29 de março de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....

I - o art. 13, caput e parágrafo único, da Portaria Conjunta PGJ/CG nº 4, de 16 de dezembro de 2021;

.....” (NR)

**Art. 3º** Ficam revogados os seguintes dispositivos da Portaria Conjunta PGJ/CG nº 4, de 16 de dezembro de 2021:

I – os incisos I a V e os §§ 1º a 3º do art. 2º;



Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Corregedoria-Geral

II – o § 1º do art. 8º; e

III – o inciso VIII e o § 1º do art. 15.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(Assinado Eletronicamente)*

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**  
Procuradora-Geral de Justiça

*(Assinado Eletronicamente)*

**JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JUNIOR**  
Corregedor-Geral

Assinado por:

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO - PGJ em 26/04/2022.

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR - GAB/CG em 26/04/2022.

.



Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PORTARIA NORMATIVA Nº 815, DE 18 DE ABRIL DE 2022**

Institui o Regulamento de uniformes e elementos de identificação da Segurança Institucional do MPDFT.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

**CONSIDERANDO** o disposto no §2º do art. 11 da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 4, de 28 de fevereiro de 2014;

**CONSIDERANDO** a relevância da Segurança Institucional para garantir o exercício livre e independente da missão institucional do MPDFT;

**CONSIDERANDO** a necessidade de instituir identidade visual por meio da definição de uniformes e outros elementos de identificação relacionados à Segurança Institucional;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar o uso de uniformes específicos por parte dos Agentes de Segurança Institucional e demais servidores que exerçam atividades de segurança previstas na Portaria Normativa PGJ nº 768 de 17 de setembro de 2021; e

**CONSIDERANDO** o teor do *Tabularium* nº 08191.043530/2022-78,

Publicação: SSA  
Origem: SSI

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2022\Normativas doc\n2022\_0815\_Uniformes\_SSI.odt



**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir o Regulamento dos uniformes e elementos de identificação da Segurança Institucional do MPDFT contantes nos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX desta Portaria Normativa.

**Art. 2º** Revoga-se a Portaria Normativa PGJ nº 710, de 4 de dezembro de 2020.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**



**Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça**

**PORTARIA NORMATIVA Nº 817, DE 26 DE ABRIL DE 2022**

Institui o Programa de Acessibilidade em edificações no âmbito da Secretaria de Projetos e Obras do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**  
no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

**CONSIDERANDO** a competência do poder público em garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar o princípio inclusivo a todos indistintamente;

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover o acesso universal de forma autônoma às instalações do MPDFT;

**CONSIDERANDO** as diretrizes emanadas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que adotou como premissas "...assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social cidadania";

**CONSIDERANDO** o disposto no *tabularium* 08191.060873/2022-05; e

Publicação: SSA  
Origem: SPO



**CONSIDERANDO** as diretrizes estabelecidas na norma de acessibilidade NBR 9050/2015, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e de edificações às condições de acessibilidade,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir o Programa de Acessibilidade em edificações no âmbito da Secretaria de Projetos e Obras (SPO) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que se baseará nas seguintes diretrizes:

- I – inclusão social e cidadania;
- II – garantia de acesso autônomo, seguro e independente às edificações do MPDFT; e
- III – incentivo à mobilidade autônoma.

**Art. 2º** A SPO elaborará, anualmente, o Relatório de Acompanhamento de Programa (RAP), visando ao acompanhamento dos objetivos propostos no Programa.

Parágrafo Único. O RAP deverá conter os seguintes tópicos:

- I – indicadores atualizados;
- II – cronograma de execução atualizado;
- III – dificuldades encontradas;
- IV – revisões/atualizações feitas no Programa; e



V – outros assuntos de interesse da administração superior.

**Art. 3º** As metas e resultados previstos nesta Portaria serão acompanhadas durante o quinquênio 2021/2025.

Parágrafo único. Findo o referido prazo, será realizada a avaliação do Programa e serão estabelecidas as novas metas para o período subsequente.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2022 – UASG 200009**

Nº Processo: 08191.161863/2021-05. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para recuperação das coberturas e fechadas no edifício das Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 26/4/2022 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Lote 2, Edifício-Sede do MPDFT, Sala 607, Praça do Buriti - Brasília/DF ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200009-5-000020-2022](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200009-5-000020-2022). Entrega das Propostas: a partir de 26/4/2022 às 08h00 no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Abertura das Propostas: 6/5/2022 às 14h00 no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Ana Luisa Cardoso Zardim – Secretária de Licitação MPDFT.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**SECRETARIA GERAL**

**PORTARIA SG/MPDFT**

**O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e tendo em vista o que consta no Procedimento de Gestão Administrativa nº 08191.055598/2022-08;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Declarar vago, a contar de 29/4/2022, o cargo de Analista do MPU/Direito – Código AN10100, Classe A, Padrão 1, até então ocupado pelo servidor **RICARDO HIDEAKI ONO**, matrícula nº 5834, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, com fulcro no art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

*(Assinado Eletronicamente)*  
**WAGNER DE CASTRO ARAÚJO**

# Sumário

Capa.....	p. 1
Procuradoria-Geral de Justiça.....	p. 2
Portaria 0216/2022 .....	p. 2
Portaria 0217/2022 .....	p. 4
Portaria 0219/2022 .....	p. 6
Portaria 0224/2022 .....	p. 7
Portaria 0226/2022 .....	p. 9
Portaria 0227/2022 .....	p. 10
Portaria 0229/2022 .....	p. 11
Portaria 0232/2022 .....	p. 13
Portaria 0233/2022 .....	p. 14
Portaria 0237/2022 .....	p. 15
Portaria 0238/2022 .....	p. 17
Portaria Conjunta 0003/2022.....	p. 19
Portaria Normativa 0815/2022.....	p. 23
Portaria Normativa 0817/2022.....	p. 25
Secretaria-Geral.....	p. 28
Aviso de Licitação 162022.....	p. 28
Portaria 480 .....	p. 29
Sumário.....	p. 30